



Gil Leonardo/Socram-AG

Corpo do ex-vice-presidente deixa o Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, onde foi velado durante toda a manhã

Despedida emocionada a José Alencar

Duas mil pessoas estiveram ontem no velório do ex-vice-presidente José Alencar, em Belo Horizonte. A presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participaram

da cerimônia, antes da cremação do corpo, em Contagem, cidade próxima à capital mineira. Ontem, o Senado aprovou homenagem a Alencar por seus relevantes serviços prestados ao país. **4**

Reforma política entra na fase decisiva

Comissão do Senado marca três reuniões para a semana que vem e discute temas como fidelidade e financiamento público

Com reuniões na terça, quarta e quinta-feira, a Comissão de Reforma Política do Senado deve se decidir em relação aos cinco últimos temas: filiação partidária e domicílio eleitoral; fidelidade partidária; financia-

mento de campanha; candidatura avulsa; e cláusula de desempenho. As conclusões da comissão, presidida pelo senador Francisco Dornelles, serão reunidas em projeto de lei que iniciará, pela CCJ, sua tramitação no Senado. **3**

Subcomissão vai discutir a disseminação do crack **4**

Randolfe diz que Jango deveria ter resistido **8**

CAS quer ouvir ministério sobre ações para autistas

Transtorno é difícil de ser detectado, mas o diagnóstico precoce aumenta as possibilidades de socialização, disseram especialistas ouvidos ontem em subcomissão da CAS. **5**



Paulo H. Carvalho/Senado Federal

Cristovam Buarque (E), Wellington Dias, Lindbergh Farias, Fernando Cotta (Corde-DF), Adriana Alves, Casildo Maldaner e integrantes do Moab

Gerardo Mangabeira/Senado Federal



Marta Suplicy discursa durante a inauguração dos retratos das novas senadoras, na ala reservada à representação feminina no Senado

Galeria das senadoras ganha novos retratos

Espaço reservado a registrar todas as mulheres que chegaram ao Senado recebeu ontem as fotos das parlamentares que se elegeram em outubro do ano passado. **4**

Parlasul deve se dedicar às causas sociais

Opinião é do senador Inácio Arruda, que até o ano passado integrava a Representação Brasileira no parlamento do bloco regional. **6**

Só no ano passado foram registrados no Brasil 260 crimes motivados por homofobia, o que torna o país campeão nesse tipo de ocorrência

Entidades querem que homofobia seja crime

O BRASIL É o campeão mundial de crimes motivados por homofobia. Só no ano passado, 260 assassinatos foram motivados por ódio aos homossexuais. Entidades de defesa dos direitos humanos denunciam o descaso, condenam o silêncio em torno das agressões aos homossexuais

e fazem apelo para que o Senado Federal aprove o projeto que torna a homofobia crime.

O programa *Inclusão*, da TV Senado, vai mostrar como é a luta diária do movimento LGBT do Brasil. Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis pedem o combate à violência,

o direito à vida e anseiam para que a lei que permite a união estável entre pessoas do mesmo sexo seja regulamentada.

Em entrevista ao programa, a ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrighi diz que a sociedade deve aprender a conviver e respeitar as diferenças. O

programa também vai mostrar de que forma casais homoafetivos enfrentam o preconceito e lutam para obter os mesmos direitos concedidos no casamento civil entre um homem e uma mulher. A possibilidade de adotar uma criança é um deles.

A discussão no Congresso

Nacional e várias iniciativas para garantir direitos aos homossexuais também são temas do programa.

Dirigido e apresentado pela jornalista Solange Calmon, o programa vai ao ar amanhã, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e 17h.

Divulgação/Senado Federal

**HOMOFOBIA
E
DIREITOS HUMANOS**

Criminalização da homofobia. União estável e direito à adoção por casais homoafetivos. Combate ao preconceito e à violência. Respeito da sociedade.

O Programa *Inclusão* deste mês apresenta a luta do Movimento LGBT no Brasil e dá espaço para que as múltiplas vozes da sociedade falem: senadores, deputados, juristas, organizações, movimentos e cidadãos. Não perca esta lição de cidadania na TV Senado.

PROGRAMA INCLUSÃO
DIREÇÃO E APRESENTAÇÃO
SOLANGE CALMON
ESTREIA: 2 DE ABRIL
SÁBADO: 11h30 e 22h30
REPRISE: 3 DE ABRIL
DOMINGO: 9h e 17h

**15
anos**
www.senado.gov.br/tv

Mostra de pintor alemão será aberta na quarta

O Senado inaugura, na próxima quarta-feira, às 11h, no Espaço Ivandro Cunha Lima, exposição do pintor alemão Felix Rehfeld, iniciativa da Comissão Especial Curadora de Artes Plásticas da Casa.

Até 29 de abril, serão exibidas dez obras do artista, sendo que apenas uma tela – *Morgenberg* (Montanha da Manhã) – ficará no Espaço Ivandro Cunha Lima. As outras serão dispostas no Senado Galeria, situado em frente, e poderão ser vistas diariamente, das 9h às 18h.

Nascido na cidade de Hesse, o artista mostrou ao longo de sua carreira forte inspiração para pintar paisagens, especialmente montanhas. No processo de criação, Felix Rehfeld fotografa as paisagens e depois recria a cena em grandes formatos, com sobreposição de cores e utilizando espessas camadas de tinta para dar a impressão de uma escultura sobre a tela.

Todas as pinturas são em óleo sobre tela. A exposição faz parte do intercâmbio cultural Brasil-Alemanha e deve estar nas comemorações do Ano da Alemanha no Brasil, programado para 2013. No país, a exposição já foi vista em Campo Grande e no Rio de Janeiro.

Rádio Senado divulga premiada série sobre povo cigano no país

Para mostrar a realidade do povo cigano – cerca de 1 milhão de pessoas no país –, a Rádio Senado percorreu seis estados ouvindo comunidades ciganas sobre seus costumes, anseios e expectativas para o futuro.

O resultado está na série de programas *O Povo Cigano no Brasil*, com 12 episódios de 30 minutos cada um. Disponível no site da emissora, o radiodocumentário foi um dos vencedores do Prêmio Roquette-Pinto 2011, promovido pela Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), com patrocínio da Petrobras e apoio do Ministério da Cultura, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

A reportagem “O Povo Cigano no Brasil – Ordem e Progresso, Políticas Públicas para os Ciganos” será exibida hoje, às 18h, no

programa *Reportagem Especial*, com reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h. Esse é o segundo dos quatro episódios que vão ao ar pela Rádio Senado FM.

Uma equipe de jornalistas da rádio visitou comunidades ciganas nômades e sedentárias em Goiás, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina.

A história dos ciganos sempre foi marcada por preconceito e discriminação. Apesar de terem chegado ao Brasil ainda na época da colonização, permanecem praticamente ignorados pelo poder público e a sociedade.

Por outro lado, a cultura cigana desperta fascínio e curiosidade. As referências a esse povo estão na música, literatura, cinema e em manifestações artísticas produzidas em várias partes do planeta.



Senado cria programa para reduzir custos

Integrar ações para aprimorar a gestão administrativa do Senado, reduzindo custos e melhorando os serviços prestados à sociedade, aos senadores e ao público interno. Esse é o principal objetivo do Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal (Proresultados-SF), criado pelo Ato da Comissão Diretora 1/11. O ato foi publicado no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP) de ontem.

De acordo com o ato, todas as unidades administrativas do Senado deverão apresentar, até 30 de outubro de cada ano, um plano de gestão e, a cada dois meses, um relatório sobre a execução do plano. A Diretoria-Geral do Senado vai monitorar os resultados obtidos e utilizar os planos apresentados para racionalizar o atendimento às necessidades de cada área com relação a recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais.

Este ano, cada unidade administrativa terá 45 dias, a partir de ontem, para criar seu plano de gestão.

O ato da Mesa também prevê a criação, por parte do Prodasen, de um sistema informatizado para acompanhar a execução do Proresultados-SF e o desenvolvimento de cursos de capacitação, a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), para o aperfeiçoamento técnico dos servidores, a fim de atender aos objetivos do programa de gestão.

Ponto biométrico em toda a Casa a partir de hoje

Depois de um mês de funcionamento em caráter experimental, o controle biométrico de frequência passa a valer para os servidores do Senado a partir de hoje. Servidores efetivos e comissionados estarão obrigados a registrar a presença em aparelhos coletores, usando para isso a impressão digital e crachá de identificação equipado com *chip*.

Ficam dispensados os diretores da Casa, ocupantes de funções comissionadas FC-05 e FC-04 e de cargos comissionados SF03; servidores isentos do ponto que constam do Portal da Transparência; e servidores em exercício nos escritórios de apoio, cuja frequência é controlada pelo gabinete parlamentar.

A implantação do ponto biométrico faz parte de um conjunto de medidas administrativas anunciadas em 2010 para aprimorar o controle de frequência da Casa. Atualmente, o controle é feito em sistema da rede interna do Senado, com o registro de entrada e saída por meio de senha.

O sistema biométrico garante maior autenticidade aos registros. Além disso, a apresentação dos relatórios é mais precisa, o que facilita o acompanhamento da jornada de trabalho tanto pelo servidor quanto pelos gestores.

O custo dos coletores e gravadores de cartões, além de *softwares* e treinamentos, foi de R\$ 1,154 milhão. As impressoras para os cartões, cartuchos de impressão e *software* de *design* custaram R\$ 45,9 mil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Destinada a pronunciamentos de senadores, a sessão tem entre os inscritos Walter Pinheiro (PT-BA), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Aníbal Diniz (PT-AC).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Alvaro diz que fala de Dilma prenuncia volta do mensalão

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou ontem como “denúncia da maior gravidade, que deve ser considerada, explicada e não pode ser esquecida” declaração atribuída à presidente Dilma Rousseff, pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, segundo o qual ela teria confidenciado ao presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, ser obrigada a negociar com os parlamentares aliados “caso a caso” em votações importantes no Congresso, e que teria um “problema sério de maioria”.

– Isso revela a existência do balcão de negócios e se constitui na manutenção de algo deplorável que é a relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, que se verificou nos últimos anos no Brasil, culminando com o grande escândalo do mensalão – disse.

Segundo Alvaro Dias, os líderes do governo no Congresso

devem explicar, desmentir, concordar ou discordar da afirmação da presidente Dilma, mas sem deixar que o fato passe despercebido.

Alvaro Dias lembrou ainda que, em agosto deste ano, o crime de formação de quadrilha dos denunciados no mensalão, cujo processo tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), deverá prescrever, e então “a impunidade prevalecerá”.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, na reportagem, a presidente não fez a afirmação com caráter de denúncia, mas sim para sublinhar as dificuldades que um presidente encontra para formar maioria.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) considerou graves as palavras de Alvaro Dias e pediu “fatos concretos, nomes, datas” sobre a denúncia mencionada pelo parlamentar.



Para Alvaro, afirmação é uma denúncia grave, que não pode ser esquecida

Humberto nega haver irregularidade com bloco de apoio

O líder do bloco de apoio ao governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), disse ontem não acreditar que a presidente Dilma Rousseff tenha feito qualquer afirmação ao presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, sobre a existência de “problema de maioria” no Congresso Nacional.

Humberto afirmou que podia “falar sem medo”, em nome de todos os partidos que compõem o bloco – PT, PSB, PDT, PCdoB, PRB e PR –, que não há no Congresso a prática de estabelecer qualquer tipo de condição para aprovar matérias de interesse do governo.

Para o senador, a presidente Dilma pode ter feito observações sobre o sistema de governo presidencialista adotado no Brasil, quando pode ocorrer, por vezes, que o presidente não consiga construir uma maioria no Congresso, tornando assim difícil a governabilidade.



Humberto Costa garante que nunca houve condição para aprovar projetos

Pinheiro afirma que maioria não foi feita com barganha

Ao reagir a pronunciamento de Alvaro Dias (PSDB-PR) – que relatou comentário supostamente feito pela presidente Dilma Rousseff sobre necessidade de negociar com os parlamentares no Congresso “caso a caso” –, Walter Pinheiro (PT-BA) disse que a base do governo inaugurou um “processo novo” e criou uma situação “extremamente incomodativa” para parte do Senado. Segundo ele, a maioria parlamentar que apoia a presidente não é resultado de barganha.

– Quero reafirmar que a maioria consolidada aqui não foi feita na conversa um a um, não foi feita no corredor, não foi feita na troca, na barganha, na execução orçamentária. Essa maioria foi consolidada aqui a partir de projeto debatido com a sociedade brasileira e, portanto, consagrada no voto pelos eleitores deste país – disse.



“Temos uma base aliada, e não alienada”, comenta o senador

Encontros da próxima semana deverão decidir sobre últimos temas: filiação e fidelidade partidárias, financiamento de campanha, candidatura avulsa e cláusula de barreira



Temas programados para reuniões da semana que vem dividem os membros da comissão do Senado

Comissão se reúne três vezes para concluir reforma política

A AGENDA DA Comissão de Reforma Política para a reunião da próxima terça-feira, às 14h, inclui os últimos cinco temas em exame: filiação partidária e domicílio eleitoral; fidelidade partidária; financiamento de campanha; candidatura avulsa; e cláusula de desempenho. Para sistematizar as decisões e concluir o trabalho, haverá ainda reuniões na quarta e quinta-feiras.

O debate sobre filiação partidária tem foco no prazo exigido como condição de elegibilidade. A legislação em vigor exige que o candidato, para concorrer às

eleições, more no local onde vai concorrer e esteja filiado à legenda por pelo menos um ano antes do pleito.

As opiniões sobre o tema são tão divididas que tanto existem propostas para aumentar como para reduzir esse prazo, havendo ainda aqueles que querem manter a regra atual.

Também a fidelidade partidária divide opiniões. Atualmente, se o eleito mudar de partido, perderá o mandato, a menos que se configure incorporação ou fusão do partido, criação de novo partido, desvio do

programa partidário e grave discriminação pessoal. Para que o Congresso aprove lei sobre o assunto, será preciso grande esforço de entendimento, pois há os que defendem a manutenção das normas em vigor e os que querem flexibilizar as regras a partir das eleições de 2014.

Financiamento

Uma proposta que tem muitos adeptos é a de financiamento público das campanhas eleitorais. Hoje o país segue um sistema misto, com recursos públicos e doações privadas. Mas, apesar das adesões ao financiamento exclusivamente público, não há consenso sobre como isso deveria ser feito.

A candidatura avulsa tem sido proposta por aqueles que criticam a exigência de filiação partidária. Eles sugerem a quebra desse monopólio partidário para permitir a qualquer cidadão a possibilidade de ser candidato a um cargo eletivo, desde que obtenha o apoio de um número de eleitores, conforme regra a ser definida em lei específica.

Quanto à adoção de cláusula de desempenho (ou de barreira), as regras hoje em vigor são vistas como uma forma de evitar a pulverização de partidos no Legislativo e contribuir para uma melhor aplicação de recursos públicos. Já os críticos alegam que as normas impedem a eleição de parlamentares bem votados filiados a um pequeno partido e estão propondo mudanças para evitar esse desvio.

O que a comissão decidiu até agora

Relatório final da Comissão de Reforma Política tramitará na forma de projeto de lei. Se aprovado no Senado, seguirá para a Câmara. As mudanças propostas até agora modificam bastante as regras dos sistemas político e eleitoral. Veja abaixo quais são elas:

- Fim da **reeleição**, com mandato de cinco anos para os executivos municipais, estaduais e federal.
- Fim das **coligações partidárias** nas eleições proporcionais, nas quais são eleitos deputados federais, estaduais e distritais e vereadores.
- Adoção do **sistema proporcional com lista partidária** nas eleições para deputados e vereadores. Cada partido apresentaria uma lista com candidatos em ordem de prioridade. Essa variante é usada na maior parte dos países que adotam o sistema proporcional.
- Redução de dois para apenas um **suplente** de senador, que não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo até segundo grau, ou por afinidade. O suplente assumiria apenas temporariamente. Em caso de afastamento permanente do eleito, por renúncia ou morte, haveria eleição no pleito imediatamente seguinte.
- A partir de 2014, a **posse** de prefeitos e governadores seria no dia 10 de janeiro e a de presidente passaria para o dia 15 de janeiro.
- O **voto** continuaria sendo obrigatório.

Rolleberg volta a cobrar participação popular

A criação de um *site* para receber sugestões da população para a reforma política, iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro, foi elogiada pelo senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). O parlamentar participou, na quarta-feira, do lançamento do *site*, em evento na Câmara dos Deputados.

A plataforma é uma iniciativa que reúne 31 entidades da sociedade civil, entre as quais o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), idealizador da proposta que deu origem à Lei da Ficha Limpa.

A importância da participação popular para a efetivação da reforma política em curso no Congresso foi destacada por Rolleberg, que divide com a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) a coordenação da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política com Participação Popular.

Na Câmara, também foi lida a proposta de projeto de lei de iniciativa popular elaborada pela plataforma e pelo MCCE, que pretendem reunir mais de 1,5 milhão de assinaturas, exigidas pela Constituição.

Por meio do *site*, até 25 de

abril poderão ser enviadas sugestões à proposta, estruturada em quatro eixos: fortalecimento da democracia direta; democratização e fortalecimento dos partidos políticos; reforma do sistema eleitoral; e controle social do processo eleitoral.

As mudanças, entre outras, são: voto em lista partidária; fim das coligações; fim das votações secretas no Legislativo e da imunidade parlamentar, a não ser exclusivamente no direito de opinião e de denúncia; e fim do foro privilegiado, exceto no estrito exercício do mandato ou do cargo.



Cortejo com o corpo de Alencar em carro do Corpo de Bombeiros é aplaudido no caminho para o velório em Belo Horizonte



Disseminação do crack será discutida por subcomissão

Segundo Wellington Dias, colegiado deve promover após o ciclo de debates uma conferência nacional para discutir proposta de enfrentamento da droga no país

O USO DISSEMINADO do crack no país será discutido por especialistas em um ciclo de debates da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, que aprovou ontem requerimento para realização das audiências.

Segundo o presidente da subcomissão, senador Wellington Dias (PT-PI), o ciclo terá como foco principal as vítimas do crack, "já que há outras comissões na Casa tratando da área da repressão". Ele disse que a subcomissão pretende fazer visitas a instituições que tratam de dependentes químicos, para conhecer o trabalho de prevenção, tratamento e reinserção social dessas pessoas.

Ao final do ciclo, a subcomissão deve organizar, em parceria com governos estaduais, uma

conferência nacional com o objetivo de apresentar proposta de enfrentamento do crack.

Painéis

Três painéis já foram definidos, com base em requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS): Ações Sociais e Prevenção; Segurança Pública e Legislação; e Saúde Pública e Tratamento.

Por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Waldemir Moka (PMDB-MS), outros dois painéis deverão ser realizados. O primeiro para ouvir representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (ONUDC) e organizações não governamentais (ONGs) nacionais que lidam com o tema crack. Um último painel, ainda não definido, poderá ser organizado para ouvir represen-

tes de entidades terapêuticas e organizações internacionais que atuam no combate a essa droga.

Para Ana Amélia, o avanço do crack no Brasil se tornou "uma praga" em todas as classes sociais e regiões. Waldemir Moka afirmou que não conhece "nada tão desastroso, violento e progressivo como o crack". Vanessa Grazziotin também sugeriu convidar para o debate um representante da ONG Fazenda Esperança, que atua no Amazonas na ajuda a vítimas dessa droga, bem como um representante do Departamento de Operações Especiais da Polícia Federal que atue nas fronteiras.

A data das audiências ainda será definida, mas Wellington Dias sugeriu que o primeiro e o segundo painéis sejam realizados nos dias 7 e 12 de abril.

Rolleberg faz homenagem a ex-ministro Jamil Haddad

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) homenageou ontem o ex-deputado, ex-senador e ex-ministro da Saúde Jamil Haddad. Falecido em dezembro de 2009, Haddad faria 85 anos no próximo dia 2. "O Brasil tem heróis pouco conhecidos e celebrados. Heróis que muito fizeram e não são reconhecidos como deviam. Jamil Haddad era um deles", disse.

Haddad nasceu no Rio de Janeiro em 1926. Formou-se em Medicina e especializou-se em ortopedia. Ingressou no

antigo PSB em 1953. Em 1962, foi eleito deputado estadual pela primeira vez e, após ser reeleito em 1966, teve os direitos políticos cassados pelo governo militar. No final da década de 1970, voltou à política partidária. Assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro em 1983. De 1986 a 1991, ocupou cadeira no Senado, no lugar do titular Saturnino Braga, que se elegeu prefeito do Rio de Janeiro.

Em 1992, quando cumpria mandato de deputado federal, foi convidado para o ministério



Genaldino Magela/Senado Federal

"Brasil tem heróis pouco conhecidos e celebrados", lamenta o senador

da Saúde.

De acordo com Rolleberg, sua maior realização foi a introdução dos medicamentos genéricos no Brasil.

Com igualdade, não haverá necessidade de galeria de senadoras, diz Vanessa

Na inauguração, ontem, dos retratos das novas senadoras na galeria das mulheres que desempenharam o cargo, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu que aquela exposição permanente seja extinta no futuro, quando as mulheres forem metade dos integrantes da Casa.

A senadora disse que a galeria é uma homenagem sincera, mas só existe por causas das desigualdades de gênero, expressas na reduzida presença das mulheres em todos os espaços de poder.

– Acho mais importante que

o objetivo final nosso seja extinguir essa galeria. Na hora em que formos metade dos senadores, não haverá mais necessidade de termos uma galeria para as mulheres – defendeu.

A inauguração de novos retratos na galeria, situada na Ala Alexandre Costa, ocorre sempre em março, o Mês da Mulher. A iniciativa surgiu de ideia da ex-senadora Serys Slhessarenko e foi adotada em 2005, como uma das atividades em comemoração ao Ano Internacional da Mulher.

A 1ª vice-presidente do Senado,

Marta Suplicy (PT-SP), argumentou que as mulheres "batalham" muito mais que os homens para chegar ao Senado.

Assim como Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy salientou que ainda é recente a presença das mulheres na vida parlamentar – perto de 11% em todos os níveis, das câmaras de vereadores ao Senado. A primeira senadora foi Eunice Michilles, pelo Amazonas, de 1979 a 1987.

Marta considerou, porém, que a eleição de Dilma Rousseff para comandar o país está sendo uma "abertura de portas".

Ex-vice pode ter nome entre os heróis da pátria

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento em homenagem ao ex-senador e ex-vice-presidente José Alencar, por "relevantes serviços prestados à sociedade". O requerimento também sugere que, daqui a 50 anos, o nome de José Alencar seja inserido no Livro dos Heróis da Pátria, que fica no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), homenageou o ex-vice na reunião. Em evento de 2002 na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Alencar pediu que fosse homenageado em vida, ao ler letra do samba de Nelson Cavaquinho, *Quando eu me chamar saudade*.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), os jovens precisam perceber que estão tendo a chance de ver o nascimento de um personagem histórico. O exemplo de Alencar, disse, vai mostrar aos jovens que é possível fazer política com honestidade. Mesmo após sua morte, José Alencar vai continuar fazendo muito pelo país em razão do exemplo que deixou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) ressaltou que o exemplo de Alencar deu-se tanto pela superação da sua condição econômica como pelo convívio com o câncer, o que fez com que o povo se identificasse com ele.

Geovani Borges: parceria entre trabalho e capital

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) – empossado ontem como 1º suplente de seu irmão, Gilvam Borges – homenageou o ex-vice-presidente da República José Alencar.

Em seu primeiro discurso como senador, Geovani afirmou que Alencar "lutou qual um touro contra o câncer, durante 13 anos", e lembrou a trajetória de Alencar até chegar à Vice-Presidência da República, em 2002.

– A parceria com o ex-presidente Lula foi o casamento perfeito do trabalho com o capital – afirmou.

Para Geovani Borges, o exemplo de José Alencar "estará sempre vivo na história do Brasil e no coração dos brasileiros".

Duas mil pessoas no velório de Alencar em Minas

Recebido em Belo Horizonte com honras de chefe de Estado e salva de 21 tiros de canhão, o corpo de José Alencar foi visitado ontem por cerca de 2 mil pessoas – entre políticos, empresários e populares –, em velório realizado no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro.

O caixão do ex-vice-presidente da República chegou a Belo Horizonte, às 9h15, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), e foi levado ao Palácio da Liberdade em carro do Corpo de Bombeiros, o mesmo usado no cortejo do ex-presidente Tancredo Neves, em 1985.

Alencar foi velado ao longo de toda a manhã. Cedou, diversos senadores e deputados viajaram a Belo Horizonte em avião que partiu da Base Aérea de Brasília.

A presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceram ao velório, mas não ficaram para a cerimônia de cremação, reservada à família e a amigos mais próximos. A cerimônia aconteceu à tarde, no Cemitério Parque Renascer, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte.

Chefe de Estado

Por determinação da presidente Dilma, José Alencar foi homenageado na quarta-feira, em Brasília, com honras de chefe de Estado, as mesmas oferecidas ao ex-presidente Tancredo Neves em 1985. Alencar e Tancredo foram os únicos a serem velados no Palácio do Planalto.



Gleisi Hoffmann, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, na galeria



Lito de Paulo/Senado Federal

Moka: muitas crianças portadoras são tratadas de forma equivocada

Moka defende diagnóstico mais preciso

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu a realização de audiência pública com representantes da Sociedade Brasileira de Pediatria e especialistas de diversas áreas da saúde como forma de estabelecer uma rotina no diagnóstico do autismo.

Moka elogiou a iniciativa da CDH, que ontem promoveu audiência pública para debater a elaboração de uma política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

O senador destacou que o definição precisa do diagnóstico é fundamental para o tratamento correto, já que muitas crianças portadoras do distúrbio são tratadas de forma equivocada.

– O Senado deve ter uma postura de intermediação, chamar o problema para as comissões, estabelecer mecanismos no sentido de avançar no tratamento do autismo.

Casildo Maldaner defende o fim da segregação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu os direitos das pessoas com deficiência, em especial dos autistas, tema de debate na Subcomissão da Pessoa com Deficiência da CAS. Por sugestão de Paulo Paim (PT-RS), o prédio do Congresso será iluminado de azul amanhã, Dia Internacional para a Conscientização do Autismo.

Para Maldaner, a maior urgência hoje, para a defesa dos autistas, é a disseminação da informação, visando o reconhecimento do problema “e a construção de uma sociedade aberta para aceitar, receber e incluir o autista”. A doença, informou, atinge uma em cada mil crianças, “sem distinção racial, étnica ou social”. Ele defendeu o fim da segregação aos 24 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência.



Moreira Mariz/Senado Federal

Para Maldaner, é urgente construir uma sociedade aberta ao autista

Para buscar novas formas de ajuda aos cerca de 2 milhões de brasileiros vítimas do transtorno, senadores promovem debate com especialistas da área. Ministério da Saúde deve ser chamado para oferecer alternativas

Subcomissão da CAS deve discutir diagnóstico e atendimento a autistas

O DIA MUNDIAL de Conscientização do Autismo, a ser celebrado amanhã, foi o tema da audiência pública da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência realizada ontem. Após estimar a existência de 2 milhões de brasileiros portadores de transtorno do espectro autista (TEA), o presidente da subcomissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), propôs convidar representantes do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) para discutir formas de diagnóstico e atendimento multidisciplinar.

Lindbergh encaminhou, na verdade, apelo do representante da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Corde-DF), Fernando Cotta. O grande desafio dos autistas, segundo ele, é a

dificuldade de diagnóstico desse transtorno. Assim, defendeu a criação de centros de referência para capacitar profissionais de saúde e assistência social a identificar e lidar com o autismo.

A presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), Adriana Alves, ressaltou a luta pelo reconhecimento do portador desse distúrbio como deficiente. Em seguida, lamentou o veto integral do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), ao projeto de lei que garanta atendimento público para autistas nas áreas de educação, saúde, segurança e assistência social no DF.

Além de Lindbergh, os senadores Wellington Dias (PT-PI) – que tem uma filha autista –, Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Taques (PDT-MT) e Casildo

Maldaner (PMDB-SC) questionaram as razões do veto de Agnelo Queiroz.

Socialização

Waldemir Moka (PMDB-MS) frisou a relevância do diagnóstico precoce para o desenvolvimento de seus portadores. Ana Amélia (PP-RS) considerou importante a socialização dos autistas com pessoas livres do distúrbio, mas defendeu a manutenção de instituições dedicadas à educação especial de deficientes.

Wellington Dias também aproveitou para cobrar regras diferenciadas para aposentadoria de portadores de deficiência e uma carga horária mais flexível para trabalhadores com filhos nesta condição. Já Cristovam deverá pedir uma sessão plenária especial pelo Dia Mundial do Autismo

e apresentar projeto de lei para o ensino optativo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na rede escolar do país.

Pedro Taques observou que ações afirmativas nessa área poderiam ser viabilizadas por termos de ajustamento de conduta negociados com o governo, dispensando a aprovação de projetos de lei. Casildo Maldaner concordou com a sugestão do parlamentar de Mato Grosso e reforçou a importância da luta contra a segregação de 25 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Lindbergh pretende promover, nas reuniões da subcomissão, debates sobre a educação especial para deficientes visuais e auditivos e a inclusão dos portadores de deficiência no mercado de trabalho.



Paulo H. Canavilhas/Senado Federal

Senadores Wellington Dias (E) e Lindbergh Farias, ao lado do coordenador da Corde-DF, Fernando Cotta, e da presidente do Moab, Adriana Alves

Congresso e Cristo Redentor ficam azuis amanhã à noite

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), informou ontem que o edifício do Congresso Nacional será iluminado com luzes de cor azul amanhã à noite, em homenagem ao Dia Internacional para a Conscientização do Autismo. Vários prédios e monumentos importantes do Brasil e do mundo, entre eles o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e o Empire State, em Nova York, também receberão a iluminação especial.

Na reunião de ontem, a CDH também aprovou diversos requerimentos, todos do próprio

Paim. Será realizada audiência pública com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o Congresso Nacional tome conhecimento dos projetos sociais encabeçados pela entidade e para que os parlamentares debatam possíveis parcerias com o tribunal.

Outra audiência pública aprovada pela CDH será intitulada “Poesia e Direitos Humanos”, em comemoração ao Dia Nacional da Poesia (14 de março). Serão convidados para a reunião diversos poetas, entre eles Thiago de Mello, amazonense de 85 anos, e o amapaense João Gomes.



Moreira Mariz/Senado Federal

Paim, ao lado de Ana Rita, sugeriu que Congresso se ilumine de azul amanhã

Aprovada sugestão para criar política nacional de proteção

A CDH aprovou ontem o parecer favorável da senadora Ana Rita (PT-ES) a sugestão enviada ao Senado pela Associação em Defesa do Autista (Adefa). O projeto define os direitos da pessoa diagnosticada com autismo – agora denominado transtorno do espectro autista (TEA) – e as diretrizes para sua inserção na sociedade.

A sugestão original propunha a criação de um sistema nacional integrado de atendimento à pessoa autista, mas a relatora considerou que essa ação é prerrogativa do Poder Executivo e, por isso, seu parecer propõe a instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Assim, passa a tramitar no Senado projeto de lei com esse teor. A aprovação foi por unanimidade e em votação simbólica. O presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), informou que pedirá urgência para a tramitação da matéria.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a aprovação do projeto facilitará a inclusão social dos autistas, com o reconhecimento dos direitos.

Para o representante da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Corde-DF), Fernando Cotta, a futura lei vai mudar de maneira efetiva a qualidade de vida das pessoas autistas e de suas famílias.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) informou que a proposta da Adefa estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista, equiparando o portador desse distúrbio à pessoa com deficiência.

– Essa aprovação é, sem dúvida, um momento a ser comemorado. Trata-se de um passo fundamental para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas ainda tão excluídas da sociedade – acrescentou Eduardo Braga.



Lito de Paulo/Senado Federal

Para Eduardo Braga, equiparação à pessoa com deficiência é fundamental

Senador acredita que, quando a população for eleger seus representantes no Parlamento do Mercosul, passará a examinar mais as ações do bloco e a querer que sejam tratadas questões de seu interesse. Do contrário, vai rechaçar a instituição

Parlasul precisa dedicar-se ao debate de temas sociais, afirma Inácio Arruda

PARA SER RECONHECIDO pela sociedade como seu legítimo representante, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) deve dedicar-se ao debate de problemas sociais, defende o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que integrou até o final de 2010 a Representação Brasileira no Parlasul. Ela deve ser renovada este mês.

– Precisa-se tratar de questões sociais no Mercosul, não só para respaldá-lo, mas porque esse é um problema objetivo de nossa região. Ou tratamos dessas questões, ou o povo vai rechaçar o Parlasul e discutir o Mercosul como mais um instrumento das elites econômicas, que não tem nenhum interesse para ele – prevê.

O senador explica que o Brasil já aprovou legislação determinando que a propriedade urbana tem que exercer função social. Ele quer levar a proposta para o Mercosul, “onde as cidades transformaram-se em 30 a 40 anos no grande centro de desenvolvimento econômico”. Quando se prioriza a questão social, os códigos urbanos são feitos de acordo com o interesse público, não apenas com o privado.

– Propus há dois anos que a gente discutisse uma legislação unificada para o Mercosul, o que levou à realização de audiências públicas. Na Argentina, que-rem ligar essa proposição a

uma causa antiga: a luta pela reforma urbana. Assunção [Paraguai], Lima [Peru] e o Chile também querem discutir, esses dois na qualidade de associados – assinala o parlamentar.

Segundo Inácio Arruda, essa questão é uma das prioridades do Mercosul, mas há outras associadas a ela, como o trânsito de trabalhadores no Mercosul.

– A Petrobras tem unidades em quase todos esses países e muitas vezes precisa levar trabalhadores, por isso também temos que equalizar a questão da previdên-

cia – afirma, lembrando que o fim da exigência de passaporte para viagens entre países do bloco foi conquistado “em tempo relativamente curto”.

No momento em que a integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai completa 20 anos, o senador diz que ainda há “um mundo” pela frente.

– Tivemos primeiro que consolidar institucionalmente o Mercosul, convencer as pessoas, os dirigentes políticos, os governantes de que esta era uma alternativa significativa

para a nossa região. Avançamos bastante. Foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), de combate às assimetrias no bloco. Ai o parlamento, com mais dificuldade, se consolidou – explica.

No Paraguai, já houve a eleição para o Parlasul, e os argentinos estão às vésperas da sua. O Brasil “também já caminha para a eleição”, diz o senador, acrescentando que hoje, nas universidades, há muito debate sobre o Mercosul, visto como oportunidade de emprego.



Deputado Germano Bonow, Inácio Arruda (C) e Sérgio Zambiasi, em 2010, na Representação Brasileira no Parlasul



Senador participou de encontro da ONU sobre o tema, em Montevideu

Suplicy reafirma fé na paz entre árabes e judeus

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou sua participação no encontro em Montevideu, na terça-feira, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com representantes da América Latina e do Caribe em apoio aos esforços de paz entre Israel e Palestina.

Suplicy ressaltou no encontro que os brasileiros e latino-americanos convivem pessoas de todas as origens, inclusive descendentes de judeus, árabes e palestinos, nos mais diversos âmbitos da atividade humana. No Brasil, árabes e judeus colaboram e têm mostrado como isso é perfeitamente possível de se realizar no Oriente Médio.

O parlamentar propôs ainda que Jerusalém possa ser capital tanto do estado de Israel como da Palestina, onde poderia haver a livre movimentação de pessoas.

Homenagens

Como estava no Uruguai, Suplicy não pôde participar da homenagem ao ex-senador Mario Covas, nos dez anos de sua morte, realizada no mesmo dia do falecimento do ex-vice-presidente José Alencar.

Suplicy disse que Covas foi uma figura extraordinária que se destacou desde jovem na luta pela democracia e pela liberdade, tornando-se uma das principais lideranças com a redemocratização do país. Ele ressaltou que Covas era um exemplo de seriedade no que diz respeito à coisa pública.

Em relação a José Alencar, Suplicy leu depoimento do médico Raul Cutait na *Folha de S. Paulo*. Cutait afirma que o comportamento do ex-vice-presidente em relação ao câncer influenciou milhões de pessoas que viam nele um porta-bandeira de fé, esperança e determinação.

Lindbergh propõe lista fechada para escolha de representantes

A primeira experiência dos eleitores brasileiros com a votação em listas fechadas, uma das opções em análise para a reforma política, poderá ocorrer em 2012, nas eleições para o Parlamento do Mercosul (Parlasul). A medida consta de projeto de senador Lindbergh Farias (PT-RJ) que tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A proposta (PLS 126/11) – que ainda será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – estabelece que 48 das 75 vagas a que o Brasil terá direito no parlamento regional

serão preenchidas por meio do sistema proporcional, com a utilização de listas preordenadas de candidatos.

Essas listas serão encabeçadas por candidatos considerados prioritários pelos partidos ou coligações partidárias. Os estados mais populosos contarão com maior número de representantes. São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, contarão com seis e cinco parlamentares, respectivamente.

– O voto em lista fechada é uma inovação que permite o financiamento público dessas eleições. Aliás, com a aprovação do projeto será feita a primeira

experiência de voto em lista no país – ressalta Lindbergh.

Os demais 27 candidatos seriam escolhidos em eleições majoritárias nos estados e no Distrito Federal, um para cada. Esta foi a forma encontrada pelo senador para envolver todas os estados no processo de escolha.

Mudanças

Até o final de 2010, o Brasil foi representado no Parlasul por 18 parlamentares (nove deputados e nove senadores). Os três outros países do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai – também contavam com bancadas de 18 parlamentares, sendo que

o Paraguai foi o único, até o momento, a promover eleições diretas.

A partir deste ano, começará nova etapa da implantação do Parlasul, até o formato final do colegiado, quando os países mais populosos terão mais parlamentares do que os dois menores – Brasil (75), Argentina (43), Paraguai (18) e Uruguai (18).

Ainda não há data prevista para as eleições no Brasil, que poderão ocorrer juntamente com as eleições municipais de 2012 ou paralelamente às eleições nacionais de 2014, quando serão escolhidos novos deputados federais e senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotina

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Benedito de Lira

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Ana Amélia anuncia projeto do metrô de Porto Alegre

Ana Amélia (PP-RS) anunciou ontem que a prefeitura de Porto Alegre credenciou projeto do metrô da capital gaúcha junto ao Ministério das Cidades. Segundo informou, o metrô terá uma linha com 14,88 quilômetros de extensão e beneficiará também outras cidades da região metropolitana. O sistema será construído abaixo das avenidas Assis Brasil e Farrapos, dispensando desapropriações.

A senadora explicou que o custo, de R\$ 2,4 bilhões, será dividido entre a prefeitura, que dará isenções fiscais e recursos, o governo do estado, que também concederá isenção de ICMS, a União, que por meio do PAC das Cidades deverá aportar R\$ 1,5 bilhão, e a iniciativa privada, que investirá recursos em troca de concessão da operação do sistema.

Ana Amélia disse que as

obras deverão ser iniciadas em 2012 e concluídas em cinco anos. Ela lamentou que o metrô não esteja pronto para a Copa de 2014, mas ressaltou que a obra é um sonho de 20 anos dos porto-alegrenses, pois a cidade cresceu à beira do rio Guaíba e não tem alternativas de expansão para diluir o intenso tráfego.

Ana Amélia mencionou ainda a antiga luta do Movimento Ponte do Guaíba, que tenta viabilizar a segunda ponte sobre o rio. Ela informou que apenas uma ponte liga Porto Alegre à metade sul do estado, por onde passa toda a movimentação de cargas e passageiros. Ela salientou que, quando o vão móvel da ponte é içado para a passagem de navios, o tráfego da parte sul do estado em direção a Porto Alegre fica parado por 40 minutos, em média.

Inácio elogia Petrobras por obras em Pecém

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse ter participado da segunda audiência pública promovida pela Petrobras sobre as obras da Refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE). Na opinião do parlamentar, a estatal vem conduzindo com responsabilidade e zelo o empreendimento, dando atenção às questões ambientais e sociais das obras.

O senador informou que a realização de audiências públicas é uma obrigação legal para empreendimentos desse porte e servem para que as populações e comunidades locais e os órgãos públicos sejam ouvidos acerca dos impactos sociais e ambientais que podem ser causados pelas obras, acrescentou.

– Trata-se de um investimento de R\$ 21 bilhões, e isso entra na economia do Ceará. Para nós é como se fosse uma espécie de revolução. Muda a face econômica do nosso estado – declarou.

Aníbal Diniz destaca ação ambiental no Acre

Aníbal Diniz (PT-AC) informou em Plenário que acompanhou no último sábado a soltura de 2,5 mil tracajás (um tipo de tartaruga) no rio Abunã, na fronteira com Bolívia, ao lado do senador Jorge Viana (PT-AC) e do governador do Acre, Tião Viana. A iniciativa é uma parceria do governo estadual com a organização não governamental SOS Quelônios, que realiza um trabalho que vai desde a coleta de ovos até a soltura dos filhotes.

– São mãos e mentes a serviço da perpetuação de uma espécie em risco de extinção.

Pinheiro destaca ação da mulher no avanço social

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) destacou ontem o papel da mulher no conjunto de transformações da sociedade brasileira.

– Encontramos mulheres lutadoras nos movimentos comunitários, que não se importam com a labuta do dia a dia ou com a jornada de trabalho, mas procuram fazer um trabalho extra em benefício da comunidade – destacou o senador.

Walter Pinheiro disse que o governador Jaques Wagner criou na Bahia a Secretaria de Defesa dos Direitos das Mulheres. De acordo com o senador, a medida atende o anseio das mulheres, pois “elas vão contar não apenas com a estrutura, mas com programas que vão melhorar a qualidade de vida da população feminina”.

– O governador também assinou a prorrogação da licença maternidade para servidoras do estado da Bahia, de 120 para 180 dias – completou.



Senador relata soltura de tracajás, uma espécie em risco de extinção

Aníbal Diniz também comunicou que terá audiência que na próxima segunda-feira, ao lado do senador Jorge Viana, com o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, sobre os projetos de piscicultura desenvolvidos no Acre por Tião Viana.

Proposta do senador prevê a utilização do dinheiro para custear cursos universitários ou profissionalizantes ou quitar dívidas de crédito ou tributárias

Aloysio propõe novas formas de uso dos recursos do FGTS

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) apresentou ontem projeto que cria duas novas modalidades de uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A primeira foi sugerida por um funcionário de drogaria que sonha em fazer graduação em Farmácia, mas nunca levou o plano adiante devido ao alto custo da mensalidade. A proposta prevê a utilização dos recursos do FGTS para custear curso universitário ou profissionalizante.

– Se a legislação permite o saque para investir em estatais, seria também possível para investir na própria formação – argumentou o senador.

A outra proposta contida no projeto de Aloysio Nunes prevê a possibilidade de o trabalhador sacar o FGTS para quitar dívidas de crédito ou regularizar questões fiscais com o governo. O senador disse que a medida pode beneficiar milhões de brasileiros, que “ficam com o nome



Medida pode beneficiar milhões de brasileiros, assegura Aloysio Nunes Ferreira

sujo, inadimplentes em tributos ou crediários”.

– O cidadão se vê em uma situação infernal, às vezes recorrendo a algum agiota. Alguns trabalhadores chegam a entrar em acordo para serem despedidos, para assim usarem o FGTS e quitarem suas dívidas – opinou.

De acordo com o senador,

as sugestões foram recebidas durante a campanha para o Senado, no ano passado.

– No curso da campanha, tentei mostrar à população as competências do Senado, que são inúmeras e relevantes. Isso suscitou várias propostas por parte dos eleitores, para as quais tenho tentado dar tratamento legislativo – afirmou.

Atraso de repasses do Fies preocupa Paim

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo ontem ao Ministério da Educação em favor das instituições de ensino superior que oferecem vagas pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies). De acordo com o senador, em razão de problemas operacionais, o crédito não está à disposição das universidades, o que inviabiliza, inclusive, o pagamento dos funcionários.

– Esta é uma questão grave, que deve ter toda atenção do MEC. Por isso eu faço aqui da tribuna um apelo ao MEC, que receba numa audiência pública, que poderá encontrar um caminho que fortaleça ainda mais o Prouni, que fortaleça o Fies e que as universidades não fiquem na situação em que se encontram hoje.

Apesar dos problemas relatados, o senador elogiou o Fies e o Programa Universidade para Todos (Prouni), que classificou como grandes incentivos aos brasileiros que querem cursar o



Senador pede atenção do MEC para dificuldades vividas pelas faculdades

ensino superior.

– Na perspectiva do aluno, estamos vivendo o melhor período que já existiu no país. Isso se deve principalmente à ampliação das universidades federais, ao Prouni e ao próprio Fies – disse.

Concursos públicos

Paim também fez um apelo em

favor da nomeação de candidatos ainda não aproveitados do concurso realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2008. Segundo o senador, quase 20% dos servidores de nível superior em atividade estão prestes a se aposentar e o instituto apresenta déficit de profissionais em seus quadros, com cerca de 36% dos cargos de nível superior vagos.

– O impacto líquido será reduzido, uma vez que, segundo pesquisa no Portal da Transparência e no *Diário Oficial da União*, 42% dos candidatos do cadastro de reserva são hoje servidores do próprio Executivo federal e outros 10% são empregados de empresas estatais federais – argumentou.

Em aparte, o senador Wellington Dias (PT-PI) reforçou o apelo feito por Paim e mencionou situações semelhantes envolvendo aprovados em concursos para a Receita Federal, o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Vanessa pede investimentos na produção de pescado

O Brasil pode ser um grande exportador de pescado no mundo, mas, para isso, o governo deve investir mais no setor, afirmou ontem a senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM).

Ela mencionou a participação da ministra da Pesca, Ideli Salvatti, em seminário entre Brasil e Noruega sobre a produção de bacalhau, que se trata de um processo de salga de peixes de determinadas espécies, e não uma espécie única de peixe, como se imagina.

– Esse seminário será de grande valia para a troca de experiências e também de

tecnologia – disse.

Vanessa citou projeto desenvolvido pela Secretaria de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas que prevê a implantação de duas fábricas para o processamento e para a salga do pirarucu, um grande peixe da Amazônia, apreciado no mundo inteiro e de excelente qualidade para a salga.

No município de Manacapuru, há grande produção desse peixe, além de mais infraestrutura para o armazenamento, com a existência de frigoríficos. Lá se beneficia o pescado, e grande



Vanessa disse que Amazonas tem projeto para salga do pirarucu

parte dele é vendida para o exterior, mas com uma produção muito aquém da capacidade do estado.

Wellington vê fraudes no Saúde da Família



Wellington Dias

O senador Wellington Dias (PT-PI) denunciou ontem a existência de uma série de fraudes no programa Saúde da Família (PSF), que visa à formação de equipes multiprofissionais, para o acompanhamento de famílias em regiões geográficas delimitadas. Essas equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação de doenças.

Baseando-se em dados publicados pelo jornal *O Globo*, na última segunda-feira, Wellington Dias afirmou que o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente o PSF, tem sido alvo de desvios milionários de recursos públicos.

Gleisi registra caso de tetraplégica agredida no PR



Gleisi Hoffmann

Gleisi Hoffmann (PT-PR) fez ontem uma homenagem à paranaense Mirella Prosdócimo. Tetraplégica desde os 17

anos, Mirella ficou conhecida no Brasil após ser agredida em um estacionamento em Curitiba há cerca de duas semanas por ter chamado a atenção de uma motorista não autorizada que estacionou na vaga destinada a pessoas com deficiência. Segundo a senadora, além de agressão verbal, Mirella só não foi agredida fisicamente porque duas mulheres que a acompanhavam seguraram a motorista. Gleisi disse que "a indignação de Mirella ganhou nome e rosto".

Terminal bancário adaptado para deficiente visual



Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) pediu aos colegas apoio a projeto (PLS 104/11) que institui a obrigatoriedade da instalação de equipamentos de autoatendimento adaptados a pessoas com deficiência visual em toda a rede bancária no Brasil.

Segundo a senadora, parte da rede bancária já adota os terminais de forma voluntária, mas essa não é a regra. Além de informações em braille, sistema de leitura para cegos, os terminais teriam de trazer recursos de áudio para permitir a utilização de pessoas com esse tipo de deficiência.

O projeto de Ângela Portela foi apresentado em março.

Senador acredita que, se presidente deposto pelo golpe de 1964 tivesse atendido ao apelo de Leonel Brizola, poderia impedir os "20 anos mais tortuosos de nossa história"

Para Randolfe, Jango deveria ter resistido ao golpe militar

AO REALIZAR DISCURSO ontem em referência ao aniversário de 47 anos do golpe militar de 1964, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) expressou sua convicção de que teria sido melhor para a história do Brasil se o ex-presidente João Goulart tivesse resistido ao golpe militar de 1964.

Na avaliação de Randolfe Rodrigues, se João Goulart tivesse lutado contra a implantação da ditadura militar, "atendendo aos clamores de Leonel Brizola [então governador do Rio Grande do Sul e quem liderou o que ficou conhecido como a Cadeia da Liberdade], isso impediria que o Brasil tivesse os 20 anos mais tortuosos de sua história".

Para o parlamentar, nem mesmo o elevado crescimento econômico ocorrido no país, no início dos anos 1970 – o chamado milagre brasileiro –, justificaria o período de ditadura, sobretudo porque na época, afirmou, o Brasil experimentou a maior concentração de renda



Com AI-5, todas as liberdades dos brasileiros foram cassadas, diz senador

de sua história.

– O crescimento econômico dos anos 70 acabou concentrando a riqueza em meia dúzia, fortalecendo a elite nacional e deixando o povo brasileiro mais pobre – disse o senador.

Randolfe Rodrigues lamentou a quebra da ordem constitucional realizada pela ditadura militar, por meio dos sucessivos atos institucionais. Segundo

ele, com o Ato Institucional nº 5, editado pelo regime em 13 de dezembro de 1968, todas as liberdades individuais e todas as liberdades coletivas do povo brasileiro foram cassadas definitivamente.

Endurecimento

João Goulart foi derrubado pelo movimento dos militares no dia 31 de março de 1964 e substituído no poder pelo marechal Castelo Branco. A tomada do poder pelos militares foi seguida de várias medidas de restrição às liberdades democráticas, como cassações de mandatos e de direitos políticos, fechamento de partidos e de instituições sindicais e censura à imprensa. Na década de 1970, no auge do fechamento do regime, a repressão torturou e causou a morte de centenas de opositores ao regime.

Somente no final da década de 1970 é que as primeiras medidas de distensão do regime começaram a ser adotadas pelo governo militar.

Benedito de Lira pede tratamento diferenciado para Alagoas

Benedito de Lira (PP-AL) disse ontem que Alagoas vive uma realidade inaceitável quando comparada aos demais estados. Ele assinalou que o estado é o último do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e isso se deve à desigualdade regional provocada pela má distribuição dos recursos e dos investimentos federais.

– A desigualdade existente não tem amparo constitucional. Muito pelo contrário, a Constituição elenca princípios, diretrizes, normas que não são aplicadas quando o assunto é o tratamento dispensado pela União à dívida do estado de Alagoas. Não pode ser dispensado a um estado pobre da Federação o mesmo tratamento que é prestado aos grandes estados. Os

mais pobres, como os doentes mais graves, precisam de remédios mais eficazes – afirmou.

Lira disse que, além da dívida e do débito originário do Banco do Estado de Alagoas, há ainda a dívida mobiliária, que é de R\$ 513,13 milhões, e o resíduo da dívida mobiliária, que chega a R\$ 84,8 milhões. O total da dívida alagoana é de R\$ 5.982.166.178,45. Para o senador, é preciso modificar o pagamento do serviço da dívida, que atualmente consome 15% de toda a receita líquida do estado, o equivalente a R\$ 40 milhões mensais.

– Alagoas não deve nada a ninguém. Muito pelo contrário, é credora, pois a dívida social que a União tem para com a minha terra é bem maior que



Benedito de Lira cita a grande dívida social da União com Alagoas

os R\$ 6 bilhões contabilizados, acarretando um desequilíbrio social inaceitável. Hoje, precisamos com urgência de investimentos, não de pagar uma dívida inexistente, visto que na realidade somos credores dela. Precisamos de um tratamento desigual, como dizia Aristóteles, para igualarmos os indicadores sociais. Precisamos mais que os demais estados – afirmou.

Para Cristovam, reforma política é apenas nas regras eleitorais

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) foi duro ontem em suas críticas à reforma política que vem sendo preparada pela comissão especial do Senado.

– Precisamos fazer a verdadeira reforma, mas temo que estejamos nos encaminhando para uma reforma puramente eleitoral, e não uma reforma republicana – disse o senador.

Entre as propostas defendidas por Cristovam, está o fim da reeleição para cargos no Executivo e previsão de apenas uma reeleição consecutiva nas eleições proporcionais.

– Nenhum de nós, seja senador, deputado ou vereador, poderia ser reeleito consecu-

tivamente mais de uma vez. Então, ninguém teria mais de dois mandatos seguidos. Agora, para ser uma reforma política republicana, seria preciso fazer uma coisa que incomodaria a muitos: eu acho que até líder sindical não deveria ter direito a mais de uma reeleição. Nem o presidente da CBF [Confederação Brasileira de Futebol] deveria ter direito a mais de uma reeleição – sugeriu.

Cristovam disse também ser favorável à fidelidade do eleito ao partido que o elegeu, mas admitiu que muitas vezes o partido não é fiel ao eleito e este deve ter a chance de pedir seu desligamento e candidatar-se



Cristovam defende apenas uma reeleição consecutiva no Legislativo

como independente. O senador defendeu ainda a manutenção do voto obrigatório e comparou-o com a obrigatoriedade de a criança, a partir dos 5 anos ter de ir para a escola. Votar, argumentou, é "um ato pedagógico", por meio do qual se está aprendendo.



Prejuízo total passa dos R\$ 200 milhões, segundo o senador

Delcídio lamenta prejuízos com cheia no Pantanal

As chuvas que têm atingido Mato Grosso do Sul foram lembradas pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Mais 16 municípios do estado tiveram situação de emergência reconhecida ontem pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Na semana passada, o órgão já havia decretado situação de emergência em três municípios.

O senador anunciou ter recebido um relatório parcial da Embrapa sobre a situação do Pantanal. As avaliações iniciais apontam prejuízos de R\$ 14 milhões com a diminuição do número de matrizes; de R\$ 140 milhões com a diminuição do peso do rebanho, que perderia cerca de 1,6 milhão de arrobas; e de R\$ 25 milhões com a redução da taxa de natalidade do rebanho; entre outros. O prejuízo total, segundo o senador, é estimado em mais de R\$ 200 milhões, o que vai exigir sensibilidade na renegociação das dívidas dos pecuaristas.

Wilson Santiago quer agilidade nas questões agrárias

Com a afirmação de que parte da desigualdade social tem origem nos problemas de distribuição da terra, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) cobrou mais agilidade do governo nas questões agrárias.

– Mais que um lema político, a reforma agrária é um dever do estado democrático – afirmou.

Wilson Santiago disse que a importância da reforma agrária é tão evidente que até a ditadura militar reconheceu sua necessidade, com medidas como a criação do Estatuto da Terra, em 1964, e do Incra, em 1970.

O senador informou que na Paraíba existem cerca de 5 mil famílias vivendo em 271 assentamentos agrários.

– Apesar desses números, temos na Paraíba vários exemplos da demora do Incra na entrega dos títulos de propriedade rural. A burocracia tem afetado o andamento e a concretização das ações do governo – declarou.



Senador reclama da demora na distribuição de títulos na Paraíba